



ACTA N° 9

Aos vinte e cinco dias do mês de Setembro, do ano dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas, na Sala de Reuniões da Junta de Freguesia, em Torre, realizou-se uma Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Torre e Vila Mou com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- Ponto 1: Leitura e aprovação da Acta da Sessão anterior;-----

----- Ponto 2: Informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia e situação financeira;-----

----- Ponto 3: Antigo edifício da Junta de Freguesia de Vila Mou situado no Alto do Lombo.-----

----- Registou-se a ausência dos membros Manuel dos Santos Brito e Carlos Filipe da Silva e Silva. Verificando-se a existência de quórum, com a maioria dos membros da assembleia presentes, o Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos. -----

----- No ponto um, foi lida e votada a acta da sessão anterior, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

-----No período antes da ordem do dia inscreveu-se o membro Frutuoso Sousa que, baseando-se em algumas actas das reuniões da Câmara Municipal, fez diversas considerações sobre as verbas atribuídas pela Câmara Municipal à freguesia de Torre e Vila Mou, alegando que estas eram reduzidas quando comparadas com as verbas atribuídas a outras freguesias e questionou qual a razão para a discrepância apresentada. Apresentou como exemplos as verbas atribuídas para a requalificação das praias fluviais noutras freguesias, que não existiram para Torre, afirmando ainda que as verbas para o campo de futebol e as verbas enquadradas na “Medida 4” destinadas ao apoio social eram escassas.-----

-----Para além disso, pediu um esclarecimento sobre o uso do termo “Outeiro” associado à verba destinada ao vigilante do transporte de crianças. Em seguida, sugeriu a construção de parques de estacionamento para bicicletas em diversos locais públicos como cafés, igreja, largos, entre outros, ao abrigo de programas financiados pela União Europeia para o incentivo à mobilidade sustentável. Por fim, abordou o problema recorrente na conduta de água na Avenida da Igreja, manifestando o seu desagrado e apelando ao executivo para reunir com a administração dos Serviços Municipalizados de Saneamento Básico de Viana do Castelo (SMSBVC) de forma a resolver definitivamente o problema.-----

-----Em resposta, o Presidente da Junta elogiou a exposição minuciosa levada a cabo pelo membro Frutuoso Sousa, reconhecendo que os membros da assembleia têm tido um excelente desempenho, avaliando e criticando o trabalho desenvolvido pelo executivo. Relativamente aos



ACTA N° 9

apoios para a praia fluvial, esclareceu que os mesmos não existem porque a “praia do esteiro” não é reconhecida como tal pelas entidades competentes, mas salientou que o executivo tem feito a limpeza e manutenção do espaço. Quanto ao uso do termo “Outeiro” na verba para o vigilante, explicou que deve ter sido um erro, visto que, a antiga escola primária de Vila Mou era designada por Escola Primária de Outeiro. No que diz respeito aos protocolos celebrados com a Câmara Municipal, o Presidente da Junta informou que o executivo tinha apoiado a reparação de uma moradia particular, ao abrigo da “medida 4” e que havia o compromisso da Câmara Municipal para o pagamento integral dos gastos excedentes das obras no campo de futebol sete. Afirmou ainda que a freguesia de Torre e Vila Mou não estava a ser discriminada pela Câmara Municipal, salientado que, quanto à atribuição de verbas, a freguesia se situava na posição dezassete, entre as vinte e sete freguesias do concelho.-----

----- Relativamente à sugestão do parque para as bicicletas, o Presidente da Junta afirmou que o executivo iria estudar a proposta. Para terminar, esclareceu que o executivo iria contactar a administração dos Serviços Municipalizados de Saneamento Básico de Viana do Castelo (SMSBVC) para acelerar a resolução do problema da canalização na Avenida da Igreja, reforçando que o executivo tinha falado com o vereador Luís Nobre sobre esse assunto, aquando da sua presença na procissão em honra da Senhora do Corporal.-----

-----No ponto dois, relativo à informação escrita e situação financeira, o Presidente da Junta expôs a actividade realizada pelo executivo no último trimestre, recorrendo a uma apresentação multimédia, destacando a limpeza e manutenção da rede viária, as obras de requalificação de algumas ruas, a actividade cultural, nomeadamente o Dia da Comunidade, a realização do passeio convívio de um dia e as “II Jornadas Verão em União”. Para além disso, abordou o protocolo celebrado ente o Torre Sport Clube e o Sport União Cardielense para a cedência do parque desportivo dos Monções. Informou os presentes que se registava à data de 15-09-2015 um Saldo de Caixa e Depósitos à Ordem de quarenta mil duzentos e vinte e um euros e sessenta e cinco cêntimos (40.221,65€). Informou que a receita até ao momento tinha sido de cento e oitenta e um mil quinhentos e vinte e quatro euros e dois cêntimos (181.524,02€), representando 75% da receita prevista. Quanto à despesa realizada, tinha um valor de cento e setenta e oito mil e oitenta e sete euros e quatro cêntimos (178.087,04€), representando 74% da despesa prevista para 2015. -----

-----Para finalizar, afirmou que na abertura do lectivo 2015-2016 do Jardim de Infância surgiu um problema com a cozinheira, que se encontrava de baixa médica, pelo que foi necessário efectuar



ACTA N° 9

as diligências necessárias de modo a assegurar o bom funcionamento da cantina, sendo que o executivo assegurou junto da Câmara Municipal um protocolo para pagar o salário à nova cozinheira durante mais dois anos.-----

----- Aberto um período de intervenção, tomou a palavra o membro Frutuoso Sousa que felicitou o executivo pelo trabalho desenvolvido no último trimestre, salientando a actividade sócio-cultural, designadamente os passeios, o dia da comunidade e as jornadas, afirmando que estes eventos apesar de não serem obra material, sentiam-se, e prova disso era a enorme afluência de participantes a todos eles. Em seguida, lamentou que as últimas sessões de assembleia tivessem pouca participação e sugeriu como forma de atrair mais pessoas para a política local, que o executivo realizasse um orçamento participativo, explicando em seguida no que consistia esse processo. -----

----- Para além disso, questionou se as obras no edifício da junta em Vila Mou tinham terminado e se o problema da fissura no Jardim de Infância da Torre estava resolvido. Para terminar, afirmou concordar com a cedência do parque desportivo dos Monções ao Sport União Cardielense, pois era importante para a dinamização do espaço e para justificar à Câmara Municipal futuros investimentos.-----

----- Em resposta, o Presidente da Junta afirmou que o executivo gostava de ver casa cheia nas assembleias, pois a presença de público é um incentivo, garantindo que a sugestão do orçamento participativo seria tida em conta. Esclareceu que as obras no edifício da junta em Vila Mou estavam a ser realizadas por fases, sendo que a fase de isolamento e impermeabilização da cobertura estava terminada. Quanto ao problema da fissura no Jardim de Infância informou que não estava resolvido. Relativamente à cedência do parque desportivo dos Monções esclareceu que era frequentado por cerca de 170 atletas e acrescentou que a Câmara Municipal tinha prometido a construção de mais dois balneários.-----

Avançou-se então para o terceiro e último ponto, relativo ao antigo edifício da junta, sito no Alto do Lombo em Vila Mou, no qual o Presidente da Junta tomou novamente a palavra e esclareceu que, devido ao avançado estado de degradação e não havendo ocupação prevista por qualquer entidade da freguesia, a junta de freguesia pretendia alienar o edifício a particulares, caso não se encontrasse outra solução viável de interesse público para o mesmo. De acordo com a caderneta predial o terreno tem 300m² e uma área de implantação do edifício com 120m². Neste sentido, o executivo solicitou à Assembleia de Freguesia a delegação de competências para a



ACTA Nº 9

negociação e venda do imóvel. Posto isto, o Presidente da Assembleia abriu um período de discussão, autorizando a participação do público presente. Inscreveram-se todos os membros da Assembleia e ainda o Sr. José Afonso Rodrigues. O membro Frutuoso Sousa afirmou concordar com a venda, sugerindo que o preço de licitação mínima fosse de 40€/m². Na sequência, o membro Luís Amorim também concordou com a venda. Por outro lado, o membro Carla Marinho discordou da venda, afirmando que era um edifício histórico em Vila Mou e sugeriu que o edifício fosse requalificado e dada outra utilização ao mesmo. No seguimento, também o membro Alexandra Póvoa discordou da venda, afirmando que a junta deveria preservar o património, pois poderia vir a ser útil futuramente. -----

----- Em seguida, o membro Álvaro Silva concordou com a venda, afirmando que a mesma deveria ter um preço mínimo e as propostas feitas em carta fechada. O membro Hugo Loureiro afirmou que nos últimos 30 anos nunca tinha sido feita qualquer obra de preservação, sendo que não se previa também qualquer obra a curto ou médio prazo. Desta forma, considerou que o executivo deveria fazer uma gestão racional do património, pois não havendo verbas disponíveis, tinha que apostar onde era necessário, ou seja, na preservação dos dois edifícios da junta em utilização. O Sr. José Afonso afirmou que concordava com venda do imóvel. Por fim, interveio o membro Carlindo Ribeiro que afirmou concordar com a venda, apesar de reconhecer que era um assunto delicado e se deveria respeitar a opinião de quem não concordasse com a venda, pois era um edifício que tinha sido sede de junta. No entanto, reforçou que em geral, em Portugal, havia um excedente de edifícios públicos e que este, sendo devoluto, a curto prazo traria mais despesa para o executivo. -----

----- Em resposta, o Presidente da Junta esclareceu que o valor de requalificação do edifício seria muito elevado, passando facilmente os cinquenta mil euros e que, a médio-prazo a Câmara Municipal não iria apoiar uma intervenção no edifício. -----

----- Sujeita a votação, a proposta para a delegação de competências na junta de freguesia para a negociação e venda do antigo edifício sede da junta, sito no Alto do Lombo, em Vila Mou, foi aprovado por unanimidade. -----

----- Por fim, foi aberto um período para intervenção do público. Inscreveram-se os senhores José Afonso, Carlindo Ribeiro, Alexandra Póvoa, Hugo Loureiro e Adriano Lima. -----

----- O Sr. José Afonso elogiou a limpeza da rede viária, mas alertou o executivo para a deficiente limpeza da rotunda entre Torre e Cardielos. Alertou ainda o executivo para a possível queda de um



ACTA N° 9

muro na Rua da Pica, aquando de uma enxurrada.-----

----- O membro Alexandra Póvoa chamou a atenção para o caminho da veiga, na zona da “cheda”, afirmando que estava em péssimo estado, com muitos buracos e árvores caídas, solicitando uma rápida intervenção do executivo. Para terminar, solicitou a colocação de caixotes do lixo na Casa da Paz, em Vila Mou. O membro Hugo Loureiro, na qualidade de membro da Comissão de Festas em Honra da Senhora da Encarnação, solicitou ao executivo que requalificasse o espaço público que rodeia o cruzeiro de Santo Amaro, em Vila Mou, pois não permitia o acesso fácil de pessoas e o muro envolvente estava em risco de derrocada. Em seguida, alertou o executivo para o excesso de vegetação na Rua da Agra de Baixo, mais conhecido por “Caminho da Eva”, apelando à limpeza da mesma. Por fim, terminou louvando o trabalho desenvolvido pelos membros Frutuoso Sousa e Luís Amorim na organização das Jornadas em União. -----

----- O Sr. Adriano Lima afirmou que perto da autoestrada A27, entre a Breia e a Pica, era necessário requalificar o caminho, pois estava degradado, e servia de zona de passeio e acesso aos proprietários confrontantes e bombeiros para combate a incêndios. Por último, interveio o membro Carlindo Ribeiro, afirmando que a Quinta de Santo Isidoro estava a vedar o Olival que confronta com o caminho de acesso ao Parque Desportivo dos Monções. Posto isto, afirmou que a Rua de Santo Isidoro era pública e que as pessoas temiam que estivesse a haver alguma manobra por parte dos proprietários da quinta para a anexação indevida da Rua de Santo Isidoro, pois já anteriormente tinha sido construído um pórtico no início da rua, apelando ao executivo para averiguar a situação junto dos proprietários da quinta. Para finalizar, solicitou ao executivo que iniciasse um processo de complementação da toponímia existente em Torre, por razões de modernidade e igualdade com Vila Mou, visto que, em Torre apenas existia toponímia associada às partes urbanas, ou serventia de moradias. Afirmou ainda que existiam caminhos rurais que eram públicos e ainda não tinham sido limpos, reconhecendo que talvez o executivo desconhecesse que eram públicos.-----

----- Na sua vez, o Presidente da Junta, em resposta ao Sr. José Afonso, informou que a limpeza da rotunda não era da competência da junta, acrescentando ainda que as entidades responsáveis pela apreciação e autorização do processo de requalificação não sabiam do paradeiro da documentação. Contudo, assegurou que esse percalço não punha em causa o objectivo final, e que o processo estava em andamento. Relativamente ao muro em perigo de derrocada, o Presidente da Junta garantiu que o executivo iria estar atento à situação reportada. Relativamente à intervenção do



Assembleia de Freguesia de Torre e Vila Mou
Morada: Avenida da Igreja, N337, 4925 – 609, Torre – Viana do Castelo
C.A.E.: 84113 | N.I.F.: 510 840 566



ACTA Nº 9

membro Alexandra Póvoa, o Presidente da Junta reconheceu que o caminho da veiga, na zona da “cheda”, não estava em condições, garantindo que o executivo iria corrigir o problema a curto prazo e finalizou informando que o executivo iria colocar caixotes do lixo na Casa da Paz em Vila Mou.

-----Em seguida, respondeu ao membro Hugo Loureiro, informando que o executivo iria avaliar a sugestão dada para o Cruzeiro de Santo Amaro e que o executivo iria ordenar a limpeza da Rua da Agra de Baixo. Para além disso, em nome do executivo, reconheceu o excelente empenho dos membros Frutuoso Sousa e Luís Amorim, entre outros mencionados, nas Jornadas em União. -----

-----Posto isto, o Presidente da Junta respondeu ao membro Carlindo Ribeiro, afirmando que a Rua de Santo Isidoro era pública e continuaria a ser, garantindo que o executivo iria averiguar a situação junto da administração da quinta de Santo Isidoro. Seguidamente, informou que o executivo iria proceder a um levantamento rigoroso dos caminhos públicos rurais que não faziam parte da toponímia existente. No seguimento, o membro Carlindo Ribeiro indicou que os caminhos da “Lagoa”, “Ribeira”, “Galinha”, “Olheiros” e “Araújo” eram públicos e tinham alguns problemas, nomeadamente ao nível da limpeza, que desejava ver resolvidos.-----

-----Para finalizar, o Presidente da Junta expôs um problema relacionado com a APPACDM (Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental), apresentando um abaixo-assinado que foi assinado por todos os membros da Assembleia e público presente.-----

----- Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa de Assembleia agradeceu a todos pela presença e deu por encerrada a sessão da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida, vai ser assinada pelos membros presentes:-----

Torre e Vila Mou, 25 de Setembro de 2015.

Presidente da Assembleia.: _____

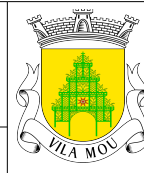
1º Secretário.: _____

1º Secretário.: _____

Vogal.: _____



Assembleia de Freguesia de Torre e Vila Mou
Morada: Avenida da Igreja, N337, 4925 – 609, Torre – Viana do Castelo
C.A.E.: 84113 | N.I.F.: 510 840 566



ACTA Nº 9

Vogal.: _____

Vogal.: _____

Vogal.: _____

Vogal.: _____

Vogal.: _____